

A MATERIALIDADE FÍSICA E JURÍDICA DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE DORES DO INDAIÁ/MG (1928/2002)*

PHYSICAL AND LEGAL MATERIALITY OF THE "ESCOLA NORMAL OFICIAL" AT DORES DO INDAIÁ/MG (1928-2002)

Cleide Maria Maciel de Melo[†]
Ana Maria Casasanta Peixoto[‡]

RESUMO

Este trabalho pretendeu analisar duas dimensões que deram suporte à existência material da Escola Normal de Dores do Indaiá/MG: o seu espaço físico e as determinações de ordem jurídica que conformaram as denominações, finalidades e usos atribuídos a esse mesmo espaço. Utilizou uma periodização aparentemente longa 1928/2002 para mostrar a permanência da instituição no tempo. Procurou demonstrar a relação entre as construções escolares como "marcas" de seu tempo, suas respectivas destinações em função dos projetos a que servem e suas descaracterizações/reconfigurações a partir das reformas a que são submetidas. Procurou demonstrar, ainda, como as condições materiais da instituição escolar podem ser dimensões possibilitadoras/limitadoras para a realização dos projetos educativos que lhes são propostos. Por fim, possibilitou constatar a perda da centralidade da formação docente como um projeto político privilegiado.

Palavras-chave: Escola Normal; arquitetura; legislação

ABSTRACT

The current study intended to analyze two dimensions which provided support to the material existence of the Escola Normal at Dores do Indaiá/MG: its physical facilities and the legal determinations which shaped names, purposes and uses attached to this very space. It based on apparently-long periodization, 1928/2002 to show the permanence of the institution through time and sought to demonstrate the relation holding among school installations taken as "marks" of their time, their respective uses emerging from the projects they serve and the loss of identity/reconfiguration resulting from remodeling initiatives. It also intended to account for the way material conditions of a school can foster or constrain the accomplishment of educational projects proposed to it. Finally, it provided evidence of the loss of centrality of teacher education in the political agenda.

Key words: School of teacher education; architecture; legislation

* Este texto é parte da pesquisa realizada no mestrado em Educação (Melo, 2002).

[†] Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Professora no Curso de Pedagogia da Fundação Educacional de Divinópolis/FUNEDI, unidade agregada à Universidade do Estado de Minas Gerais. Contatos: cleidemaciel@uol.com.br

[‡] Doutora em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Puc-Minas. Contatos: acasasantapeixoto@uaivip.com.br



Figura 1 - A Escola Normal Oficial de Dolores do Indaiá/MG - 1931

Introdução

O estudo das instituições escolares, tanto no campo da sociologia quanto no campo da história, tem se configurado como um nível meso de análise, “*alargando e cruzando*” os estudos de natureza macro (estudo das questões educacionais a partir de seus determinantes sócio-político-econômicos mais amplos) e os de nível micro (interações sociais, notadamente as da sala de aula) (Magalhães, 1998, 1999; Nóvoa, 1999). Ao considerar que a finalidade do estudo da instituição escolar, numa perspectiva histórica, seria a de “*conferir uma identidade cultural e educacional*” à instituição educativa, Magalhães (1999) sugere que sejam analisados:

- 1) *os espaços e estrutura arquitetônica dos edifícios (estrutura física)*
- 2) *as áreas de organização da escola: área pedagógica e didática e a área de direção e gestão (estrutura administrativa)*
- 3) *a estrutura sócio-cultural*

Neste estudo, procuramos acolher apenas a primeira dessas recomendações e, ao mesmo tempo ampliá-la, agregando também a perspectiva jurídica. Essas duas perspectivas históricas (física e jurídica), constituem as dimensões que deram suporte material à existência da Escola Normal Oficial de Dolores do Indaiá, possibilitando a realização das atividades que convergiram para o alcance de suas finalidades pedagógicas, ou seja, dos processos de formação das normalistas. Entretanto, essa instituição permanece educando até os dias atuais. Portanto, apesar de destacar a materialidade física e jurídica da Escola Normal Oficial de Dolores do Indaiá, pretendemos abordar, também, os mecanismos e as medidas pelos quais, em termos materiais, a Escola Normal “evolui” para a atual Escola Estadual Francisco Campos.

Uma fonte privilegiada nesta pesquisa foi um grande álbum sobre a Escola, organizado por uma ex-aluna, Maria da Conceição Fiúza (Fiúza, 1988), que frequentou o curso Normal nos anos 30 do século vinte. Tal suporte contém uma significativa variedade/diversidade de textos/documentos e constituiu-se na “porta de entrada” para a investigação. Além dessa, foram consultados vários livros de registros e pastas dos arquivos da E. E. Francisco Campos, a coleção de leis mineiras, guardadas no Arquivo Público Mineiro/BH¹, o jornal oficial “Minas Gerais”, depositado na Imprensa Oficial/BH e na 12ª Superintendência Regional de Ensino, em Divinópolis.

¹ Todas as referências legais citadas nos arquivos/documentos da E. E. Francisco Campos, foram minuciosamente “checadas” junto às Coleções de Leis Mineiras e/ou aos jornais arquivados na Imprensa Oficial.

A criação

Para Fiúza (1988), a história da Escola começa com a “*Campanha para a instalação da Escola Normal*” (p. 1). No dia 18 de fevereiro de 1928, pelo decreto nº 8.245, estava criada a Escola Normal Oficial de Dores do Indaiá. Segundo Waldemar de Almeida Barbosa (Fiúza, 1988, p. 10), a notícia chegou à cidade no dia 20 de fevereiro de 1928, às 21 horas, trazendo consigo um clima de grande festa: foguetes, banda de música, discursos.

Nenhuma pena será capaz de descrever o entusiasmo popular. Logo que se espalhou a notícia, um foguetório ensurdecedor explodiu por toda a cidade. A banda de música Santa Cecília logo entrou em cena e uma multidão imensa se reuniu prontamente e se dirigiu à casa de cada um dos que participaram da iniciativa. Na porta da casa de cada um, falava um orador e, em seguida, o homenageado.

Se já tinha assegurado a sua existência enquanto entidade jurídica, o passo seguinte seria o de garantir sua materialidade física. Para essa finalidade, o governo estadual adquiriu um prédio em construção na praça do Rosário, deu-lhe acabamento e um mês depois, no dia 22 de março de 1928, realizou-se a cerimônia de instalação. Esse evento contou com a presença de autoridades vindas de Belo Horizonte (principalmente dorenses ilustres) e se materializou na realização de dois atos: os discursos e a bênção do prédio pelo vigário da cidade. A Escola funcionou nesse prédio, em caráter provisório, por dois anos.

A construção do prédio

A construção da sede própria foi muito rápida: em 25 de novembro de 1930, o diretor prof. Cornélio Caetano da Silva Guimarães, recebia as chaves.

Primeiramente, é necessário situar o conjunto das construções da Escola no espaço físico da cidade. Dores do Indaiá² é uma cidade longilínea, cortada por uma longa avenida principal que atravessa de norte a sul (ou, de sul a norte, conforme a direção que se tome): a avenida Dr. Francisco Campos. No extremo norte dessa avenida, encontra-se a matriz principal: a igreja de Nossa Senhora das Dores. No extremo oposto, ao sul, situam-se a Escola Normal e as Classes Anexas. Por que os construtores escolheram essa localização? Acreditamos que as pendências entre os educadores brasileiros católicos e liberais, na defesa de suas posições políticas, ideológicas e pedagógicas, muitas vezes antagônicas, podem ser uma explicação possível para esse fato. Sobre esse tema, a leitura de Cury (1988) é particularmente esclarecedora. Desse modo, pode-se pensar na possibilidade de que a escolha do local para construção da Escola Normal tenha representado uma demarcação de dois poderes: num extremo, a igreja matriz e o representante do executivo local (Pe. Luís era vigário e prefeito de Dores do Indaiá, na época); no outro, a Escola Normal e os profissionais liberais (liderados por Francisco Campos, representante do governo estadual).

Seguindo o padrão de construção instituído para as escolas normais a partir da construção da Escola Normal da Praça (Escola Normal Caetano de Campos), em São Paulo (Villela, 2000), a Escola Normal de Dores do Indaiá surge como um verdadeiro “*palácio*”. Ainda hoje, a sua imponência pode ser reconhecida e admirada, apesar do desenvolvimento das construções que se ergueram no seu entorno. É possível imaginar o impacto dessa obra para as pessoas, tanto as que viviam fora de seus espaços quanto as que tinham parte de seu tempo ligado à Escola, há mais de setenta anos atrás, quando não havia nenhuma outra construção ao redor.

Uma breve descrição. Um majestoso prédio principal de dois andares (cada andar construído em pé-direito duplo), situado um nível acima do solo, tem em seu acesso, uma escadaria de mármore cuja porta de entrada está ladeada por quatro pilares. As janelas (muitas janelas) são altas e encimadas por arcos. Ao lado, um outro prédio secundário, gracioso, menor que o primeiro, de um andar apenas, com dois blocos laterais que se projetam para frente. Três pequenos arcos, na parte central, mais

² Dores do Indaiá está situada na região centro-oeste de Minas Gerais e possui, atualmente, em torno de 15.000 habitantes. É a cidade natal de Francisco Campos.

afastada, marcam o seu local de entrada. Ao centro, ligando esses dois conjuntos, um belo jardim em formato de arco, apresenta canteiros, bancos e postes de iluminação distribuídos de um modo harmonioso e equilibrado. Essa é imagem-relâmpago da Escola Normal de Dores do Indaiá, das Classes Anexas e do jardim que as integra. Mas é preciso caminhar um pouco para completar a descrição: nos fundos do prédio da Escola Normal, um grande galpão coberto, destinado às atividades de educação física e também a quadra de esportes, situada entre esse galpão e o prédio principal.

Aqui é necessário um comentário sobre as implicações relacionadas à construção dos espaços escolares, ou seja, às questões de ordem arquitetônica. “... a arquitetura, enquanto expressão humana, nunca é arbitrária, casual e sim, uma linguagem orgânica aos valores e potencialidades de uma determinada sociedade”, afirmam Nosella e Buffa (1996, p. 42). Frago e Escolano (1998), numa obra em que tratam da relação entre o espaço, o currículo e a formação das subjetividades, argumentam:

As correntes arquitetônicas vinculadas ao modernismo do início deste século voltaram a reivindicar o lugar central que a escola devia ocupar em todo o urbanismo racional... A idéia modernista, além de corresponder a critérios clássicos, já tinha sido defendida por Enrique M. Repullés (1878, p. 8), autor de projetos arquitetônico-escolares há mais de meio século (sic), para quem as escolas deveriam se instalar no meio das populações, ainda que isoladas das vias públicas e num lugar adequadamente arejado e agradável e com boa comunicação com todos os lugares de onde vinham os alunos. A partir dessa localização nuclear, a escola projetaria seu exemplo e influência geral sobre toda a sociedade, como um edifício estrategicamente situado e dotado de uma inteligência invisível que informaria culturalmente o meio humano-social que o rodeia. ... Dentro desse conjunto de considerações, tem-se de convir também que a arquitetura escolar é um elemento cultural e pedagógico não só pelos condicionamentos que suas estruturas induzem ... mas também pelo papel de simbolização que desempenha na vida social (p. 32-33).

A importância dessa construção arrojada, para a sociedade dorense, pode ser verificada em vários textos acolhidos por Fiúza (1988). Dentre esses textos, há um em que o tempo verbal empregado é a primeira pessoa do singular: quem fala é a própria Escola – um trabalho significativo de personificação. Alguns trechos comprovam as afirmações de Frago e Escolano anteriormente citadas:

*Imponentemente, assumi minha personalidade quando concluíram o meu corpo em 1930, de imediato tomei posse do meu cargo.
Tudo em mim foi minuciosamente calculado e projetado... Fiquei impressionada com a qualidade de janelas que colocaram em meu corpo. Curiosa que era, bisbilhotei uns papéis e vi clara a inscrição: 'O prédio deverá ter numerosas janelas, largas, rasgadas até o teto, tanto quanto permita a construção, separadas umas das outras por intervalos estreitos e que fossem providas de janelas, poderiam ser basculantes' (sic).
Tornei-me, então, um Pólo Cultural, pelo esmero de minha construção, pela inovação pedagógica que propunha, fiz de minha cidade uma meca cultural 'capital Pedagógico-Cultural do centro-oeste mineiro'. Todas as moças de minha cidade e de minha região desfilarão pelos meus corredores, frequentaram as minhas salas de aula. Tornei-me uma escola elitizada. Tive todas as honrarias que pudesse almejar uma pessoa como eu. Ainda menina-moça recebi o título de melhor escola do interior de Minas. O saber transmitido em meu interior, no meu apogeu, só era inferior ao oferecido no Instituto de Educação em Belo Horizonte. (FIÚZA, p. 76)*

O jardim, também, é citado/descrito em alguns textos. Abaixo de uma fotografia da Escola com o jardim, Fiúza (1988) registra: “... um belo e bem tratado jardim com vários tipos de pinheiros, artisticamente trabalhados, roseiras de espécies raras e lindas trepadeiras subindo pelos postes de iluminação” (p. 14). E continua na página 17: “... o jardim, com seus bancos primitivos em madeira, a iluminação com fios subterrâneos e bonitos e bem trabalhados postes de luz... Ainda segundo Fiúza (1988), o primeiro jardineiro, Sr. Cardoso, “veio de fora, exclusivamente para tratar do jardim” (p. 17).

E como os espaços internos da Escola Normal foram construídos? Nas páginas 15 e 16 do álbum estão colados fragmentos da planta original, proveniente da Secretaria do Interior. No primeiro andar, há um “ball” central, com uma tripla função: acolher quem entra na Escola, possibilitar a distribuição das pessoas pelos diversos espaços do prédio e concentrar toda a movimentação dessas mesmas pessoas. Logo à entrada, estão situados dois gabinetes nas laterais desse “ball” (um à esquerda e outro à direita); uma escada central, suntuosa, de mármore, com corrimãos de ferro, dá acesso ao segundo andar. Ainda nesse “ball”, situados logo atrás da escada, saem dois corredores laterais (um à esquerda, outro à direita) que possibilitam chegar às salas de aula desse andar; uma porta de saída, situada na parte posterior da escada, leva à quadra de esportes e ao galpão de educação física. Ao todo, nesse andar, estão situadas seis salas de aula: duas voltadas para a frente da Escola (uma ao lado de cada um dos dois gabinetes) e quatro salas voltadas para os fundos. Ao término de cada um dos corredores, estão as instalações sanitárias (três de cada lado). Entre o primeiro e o segundo pavimentos, a escada de acesso único no primeiro andar, transforma-se em dois lances (um à direita e outro à esquerda), a partir de um patamar comum. No segundo andar, as escadas vão dar acesso direto a uma sala central, voltada para frente do prédio, situada na posição equivalente à do “ball” da entrada, sala esta que, inicialmente, era destinada à biblioteca. À esquerda da escada, um pequeno corredor dá acesso, lateralmente, a um corredor maior para onde convergem um gabinete e uma sala de aula (voltados para a frente do prédio), duas salas de aulas (voltadas para o fundo) e três instalações sanitárias (localizadas na mesma posição das do primeiro andar). À direita da escada, as mesmas localizações descritas na posição anterior. A diferença está nas duas salas do fundo que cedem lugar ao “*Auditorium*”.

É um bellissimo salão, mobiliado com esmero, tendo as janelas protegidas por cortinas adamascadas e em perfeita harmonia com a artística pintura das paredes. Em uma de suas extremidades acha-se localizado um grande estrado de madeira envernizado e sobre este, uma magnífica mobília apropriada. As cadeiras, destinadas aos alunos, são individuais e estofadas, tudo em conformidade com o ambiente. Tem a área de 101,87 m².

Em vários textos do álbum, nas referências ao Salão Nobre da Escola, são utilizadas palavras que descrevem a imponência e suntuosidade desse espaço e demonstram o orgulho que ele despertava. Quanto a esse uso (palavras de distinção), é importante destacar que, em todo o álbum, as referências à Escola Normal Oficial de Dores do Indaiá são sempre feitas em maiúsculas, com o artigo definido: a Escola Normal ou então, simplesmente, a Escola.

Se a descrição inicial do prédio pode induzir a pensar em outras destinações diferentes que não o ensino (por exemplo, um teatro, um museu), ao detalhar as divisões de seu espaço interno, as dúvidas se dissipam: é uma escola, uma bela escola, uma imponente escola. Entretanto, é na ocupação desses espaços, nos objetos que os compõem, que a “identidade” da Escola se firma. Na Escola Normal Oficial de Dores do Indaiá, os equipamentos, a aparelhagem adquirida, o mobiliário, a decoração, fecham o círculo que marca a imponência e a “majestade” da instituição. Fiúza (1988) descreve, ainda, as diversas salas-ambiente da Escola e faz uma relação de seus materiais básicos: biblioteca, sala de geografia, sala de línguas vivas, sala de ciências, sala de desenho, sala de trabalhos manuais, sala de música, auditório, laboratório de física, sala de história natural. A ocupação das salas de aula por esses equipamentos vai determinar a direção do trabalho pedagógico: ao invés de ficarem estáticos na sala de aula, aguardando a chegada do professor para a aula, os alunos é que se movimentavam, num constante entrar e sair das salas, uma modalidade didática não usual para aquela época e até para os nossos dias.

Tanto o acabamento e a decoração internos quanto a ocupação dos espaços pelos equipamentos e objetos propriamente e não-propriadamente didático-pedagógicos (móveis, objetos de decoração e outros), tiveram a função de marcar a suntuosidade pretendida para a instituição. À página 76 do álbum, está registrado:

Deram-me tudo o que havia de melhor naquele período. O meu idealizador entrou em contato com a Casa Lobmer, da Alemanba, onde adquiriu o meu museu de História Natural, o meu laboratório de Ciências, Química e Biologia, a minha sala ambiente de Geografia. Onvi dizer que me dariam uma biblioteca, um nome sofisticado, mas que eu não sabia bem ao certo o que

significava, até que vi trazerem para o interior do meu novo corpo caixas e mais caixas de livros, até completar um acervo de mais ou menos dez mil volumes³. Fiquei emocionada, poderia eu passar o resto dos meus dias conhecendo a cultura que trouxeram para dentro do meu corpo. Recebi pianos, espelhos de cristal, lustres e uma escada em mármore com tapetes vermelhos.

Tive as paredes de minhas salas e do meu corredor pintado em verde claro e todo o meu teto pintado em branco puro. Fui revestida de uma matéria lisa que permitisse lavagens frequentes e fácil desinfecção.

Os bancos-carteira que foram colocados em mim tinham um rigor técnico que deveria ser cumprido a risca. Menina que era, não consegui compreender as informações sobre as carteiras, que eram muito complexas.

Em todas as minhas salas havia um quadro-negro fixo, com a superfície despolida para não funcionar como espelho. Equiparam-me também com aparelhagens de ginástica e quadra de Tênis e Voleibol.

Uma reflexão, para encerrar essa parte. Os homens se reúnem e constroem seus monumentos, suas igrejas, suas casas. É como se, em seu movimento constante, essas construções representassem a si mesmos, como se fossem construções de si mesmos estáticas, imóveis, referências. Algo sólido que equilibre seus movimentos, seus dinamismos, como uma espécie de “ponto de gravidade”, que os “trazem de volta”, e, ao mesmo tempo, os projetam para o futuro. É como se essas construções representassem o limite e a expansão do homem: são a sua referência em vida e os projetam para além da morte. Assim vemos a construção dessa Escola: há todo um esforço de muitos (lideranças e liderados, construtores e pedreiros, professores e alunos). A construção é erguida, acabada com esmero, posta a funcionar (ganha “vida”) a partir das ações das pessoas: criam-se regras, regulamentos, estabelecem-se relações. Até aqui, a construção é a criatura. E então se inicia um novo movimento: a criatura passa a ser criadora. E os homens que a criaram, a ela se submetem.

Os cursos e os nomes

A Escola Normal Oficial de Dores do Indaiaí é criada na categoria de “primeiro grau”⁴, nos termos do artigo 1º do decreto número 8.162 de 20 de janeiro de 1928 o Regulamento do Ensino Normal. Em 18 de março de 1930, a Escola foi elevada à categoria de 2º grau. Entretanto, será no início de 1931, coincidindo com a mudança para o prédio novo, que a formação, em nível de 2º grau, passa a ser oferecida. Daí por diante, todas as alterações legais por que passa o curso de formação de professores primários, no Estado de Minas Gerais e no país, terão seus reflexos diretos na Escola de Dores.

A próxima mudança no curso será em decorrência da Lei Orgânica do Ensino Normal, baixada pelo decreto-lei federal nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946⁵. Para se adaptar às exigências desta Lei Orgânica, o governo estadual instituiu o decreto-lei nº 1.873 de 28 de outubro de 1946, modificando o Ensino Normal. Por isso, é criado, na Escola, o curso ginasial com a duração de quatro anos, seguido do curso de Formação, com a duração de três anos. Aqui aparecem dois pontos interessantes, que merecem uma reflexão. O primeiro refere-se ao fato de que, nesse momento, o curso normal, tal como foi concebido/constituído nas reformas educacionais mineiras iniciadas por Francisco Campos, na década/século vinte, encerra seu desiderato. O Curso Normal passa a ser denominado, no âmbito

³ Não encontramos, nos registros da Escola, o número exato (e a relação) de volumes da biblioteca em seus primeiros tempos. No álbum, um texto do jornal “*Alvorada da Vida*”, afirma que o acervo da biblioteca era de 1.287 volumes, em julho de 1931; o levantamento para a aprovação do curso ginasial em 1946, registra 2.362 volumes.

⁴ O Regulamento do Ensino Normal do Estado de Minas Gerais, tanto na versão de 1928 (Dec. nº 8.162 de 20-01-1928) quanto na de 1930 (Dec. nº 9.450 de 18-02-1930), institui as duas modalidades de cursos para a formação de professoras primárias: o de 1º Grau e o de 2º Grau. A modalidade de 1º Grau era composta pelos cursos de Adaptação (2 anos) e Normal (3 anos). A modalidade de 2º Grau era constituída pelos cursos de Adaptação (2 anos), Preparatório (3 anos) e Aplicação (2 anos). Ambos cursos visavam à formação da professora primária; no de 2º Grau, além disso, adquiria-se a “*habilitação para todos os cargos do magistério primário, bem como (era) requisito para nomeação de professores de metodologia e de prática profissional nas escolas normais*” (art. 21). No Estado de Minas Gerais, as poucas escolas normais de 2º grau existentes, eram públicas.

⁵ Segundo Romanelli (1997, p. 163-164), a partir desse momento, a formação de professoras primárias (bem como o ensino primário) deixa de seguir orientações exclusivas, baixadas em cada Estado da federação, para se submeter a uma orientação nacional.

nacional, “*Curso de Formação de Professores Primários*”. Portanto, a partir da Lei Orgânica do Ensino Normal, a denominação “*normal*” é retirada do curso e mantida apenas para nomear as instituições que ministram os cursos de formação docente. O outro ponto de reflexão diz respeito à implantação do curso ginásial, que passa a entrar na composição da “*nova escola normal*”. O decreto-lei supracitado, em seu art. 9º preconizava que as “*escolas normais reconhecidas*” deveriam solicitar, do governo do Estado, autorização para ministrarem os cursos previstos pela Lei Orgânica. Perguntamo-nos: Qual o sentido deste pedido de autorização para uma Escola como a de Dores do Indaiá e de outras que foram criadas nos anos 20/30 do século vinte que vinham cumprindo regularmente sua tarefa de formar as professoras? O § 2º deste artigo decreta: “*a concessão de outorga de mandato para ministrar o ensino normal de 2º ciclo só se efetivará se o estabelecimento possuir ginásio oficialmente reconhecido*”. Assim, legalmente, o ginásio passa a ser instalado na Escola Normal, como uma condição.

Completando as mudanças operadas pela Lei Orgânica do Ensino Normal, Fiúza (p. 20) também faz referência ao problema de adaptação das alunas que foram surpreendidas com as alterações no curso de seus estudos. Para essa finalidade (adaptar o currículo antigo ao novo que se iniciava), foi criado o curso de Acomodação. À medida que as alunas que se encontravam nessa situação, foram se formando, o curso de Acomodação foi-se extinguindo.

Até 1953, apesar das mudanças de cursos (denominações, duração, currículos), a Escola manteve o mesmo nome que recebeu em sua criação: Escola Normal Oficial de Dores do Indaiá. A homenagem ao patrono ocorre com o decreto nº 4.120 de 05 de dezembro de 1953: a substituição do nome para Escola Normal Oficial “*Francisco Campos*”.

Em 1964, a hegemonia da formação docente, como atividade exclusiva na Escola, é quebrada. A Lei nº 3.285 de 14 de dezembro de 1964, “*cria o Curso Secundário de 2º Ciclo no Colégio Normal Oficial Francisco Campos*” (Curso Científico). Na mesma década, ocorre a terceira mudança de nome. Pela Portaria nº. 435 de 28 de dezembro de 1968, a escola passou a ser denominada “*Colégio Estadual Francisco Campos*”. Esse fato leva a duas reflexões. A primeira delas se refere à “*hierarquia das leis*”. É a primeira vez que um ato jurídico, ligado à vida da Escola, se manifesta através de uma portaria. Até então, os anteriores pertenciam ao grupo de atos jurídicos de maior força normativa, quais sejam, a lei, o decreto-lei e o decreto. Isso demonstra, num certo sentido, a redução do interesse das autoridades centrais do governo estadual, com relação à escola normal, ou mais propriamente dito, ao Curso de Formação de Professores Primários. Desse momento em diante, os demais atos jurídicos relativos à Escola Normal de Dores do Indaiá/E.E. Francisco Campos, terão essa característica: irão descendo na hierarquia das leis, até chegar a uma simples autorização. A segunda reflexão está estreitamente ligada à primeira: a instituição perde a sua denominação de Escola Normal (ou de Colégio Normal, a partir da introdução do curso científico). Isso confirma a análise anterior de perda da importância da escola normal como instituição integrante de um projeto político.

Nos anos setenta, a Escola entrou na “*era das escolas estaduais*”, denominação que possui até hoje. Pelo decreto nº 16.244 de 08 de maio de 1974, passou a chamar-se “*Escola Estadual Francisco Campos*” de 1º e 2º Graus. Depois disso, não haverá mais mudanças de nome da Escola. O que ocorrerá serão mudanças em sua tipologia⁶. Primeiramente, passou a denominar-se “*Escola Estadual Francisco Campos*”, 6.2. A seguir, num processo de maior “*sofisticação*” da classificação tipológica, em 07 de novembro de 1978, passou a ser chamada de “*Escola Estadual Francisco Campos*”, 1.4.6.C. Atualmente, a Escola é denominada *Escola Estadual Francisco Campos*.

Quanto aos cursos, outras mudanças ocorreram após a criação do curso Científico. Em 24 de junho de 1982, a portaria nº 391 reconhece (destaque nosso) “*na Escola Estadual Francisco Campos 1. 4. 6. C, de Dores do Indaiá, o ensino de 2º Grau com a Habilitação Profissional de Magistério de 1º Grau (Professor de 1ª a 4ª série)*”. Um questionamento: Qual o significado desse ato de reconhecimento, o sentido dessa resolução, para uma escola em que a formação de professores já podia ser considerada uma tradição? Depois disso, duas outras mudanças se efetivaram. Uma delas foi a criação do 4º ano de Estudos Adicionais em Educação Pré-Escolar, pela portaria 391 (isso mesmo), de 22 de fevereiro de 1986. A outra mudança foi a autorização para funcionamento do 1º e 2º períodos da pré-escola, concedida por

⁶ O decreto nº 16.244 de 08/05/1974 (Minas Gerais, 09/05/1974, p. 6-7) dispõe sobre a denominação e tipologia das escolas estaduais, ou seja, classifica as escolas segundo o nível de ensino, número de alunos e turmas. Tal medida teve consequência direta na remuneração dos especialistas de educação.

um ato do diretor da 6ª DRE (Delegacia Regional de Ensino), sediada em Divinópolis, através do Ofício nº 995/87. Com esse ato, a Escola passou a ministrar todos os níveis e séries de ensino, anteriores ao ensino superior, possibilitados pela legislação da época⁷.

As reformas do prédio

Há, na história da Escola Normal Oficial de Dores do Indaiá, uma passagem importante que não se constitui bem numa reforma, mas que irá redundar em uma. Trata-se da criação do Pensionato São José que começou a funcionar em 15 de março de 1936. A ordem para a instalação de um internato feminino no prédio das Classes Anexas foi dada pelo Secretário de Educação da época; a responsabilidade na condução do pensionato foi entregue às Irmãs de São Vicente de Paula, as freiras vicentinas⁸. Segundo Fiúza (1988, p. 19), a iniciativa tinha por objetivos:

- favorecer alunas de outras localidades que pretendessem estudar em Dores;
- aumentar a matrícula da Escola que, na época, era reduzida;
- reverter a renda do Pensionato em benefício da Santa Casa local, então bastante carente de recursos financeiros.

Esses objetivos merecem uma análise. A necessidade de aumentar a matrícula era realmente premente. O regulamento do Ensino Normal, versão de 1930, em seu artigo 3º, estabelecia um limite mínimo de 120 matrículas para que a escola pudesse funcionar na categoria de ensino de 2º grau. As mudanças introduzidas no ensino primário e ensino normal (Decreto nº 10.362 de 31 de maio de 1932), pelo então Secretário de Educação, Noraldino Lima, são mais incisivas quanto a esta questão. O artigo 67 decreta: “a matrícula nas escolas normais de segundo grau será de 150 alunos, no mínimo, devendo ser transformadas em escolas de primeiro grau as que não a conseguirem”. O levantamento realizado no livro de matrícula da Escola Normal, no período de 1930 a 1946, permite constatar a queda na procura e deduzir a preocupação com a possibilidade de um “rebaixamento” para o nível de 1º grau, que esse fato deve ter gerado na época⁹. Uma alternativa para a solução desse problema seria expandir o “território” do qual as alunas provinham, colocando a Escola, também, a serviço, não só das cidades vizinhas, mas também de “outras localidades”. Ora, ocorre que a região em que Dores do Indaiá está situada é predominantemente agro-pecuária. Portanto, assegurar (ou, atrair?) a credibilidade dos “pais-fazendeiros” demandaria, além da oferta de Escola, a disponibilidade de um local onde suas filhas pudessem hospedar-se. Novamente, vem à tona a questão entre os grupos políticos que, à época, disputavam o poder na educação: católicos e liberais. Os representantes católicos contavam com a aliança dos fazendeiros (constituíam os grupos predominantemente conservadores). Portanto, se uma escola oficial, e conseqüentemente, leiga, pudesse, em princípio atrair a desconfiança dos fazendeiros, o internato mantido por freiras resolveria o impasse, e ainda, legitimaria o ensino público. Constatase aqui uma contradição, uma ironia. A Escola que, de início, foi construída no extremo oposto de onde se situava a igreja principal, agora traz para ficar “ao seu lado”, um internato de freiras. Provavelmente, pode-se identificar nessa medida, uma “estratégia de conciliação pelo alto” (Peixoto, 1989, p. 325-327; Frigoto, 1991), ou seja, um recurso pelo qual os grupos dominantes que, num certo momento se polarizam em função de suas divergências, procuram articular-se nos momentos em que vêem suas posições de poder ameaçadas por uma maioria dominada, num movimento claramente conservador. O terceiro e último dos objetivos decorre da presença da igreja na solução do problema das matrículas: além de terem suas filhas acompanhadas e protegidas pelas freiras, os pais-fazendeiros ainda praticariam um ato filantrópico: estariam contribuindo para a manutenção do hospital local. Com isso, “todas as pontas estavam amarradas”, a solução era (como o foi) infalível.

⁷ O curso de Magistério foi extinto na Escola em 1998. Entretanto, a partir de 2002 passa a ser novamente ofertado como Ensino Normal Médio. Atualmente a E. E. Francisco Campos oferece o ensino das séries finais do ensino fundamental (5ª à 8ª séries) e o ensino médio.

⁸ Essa questão nos deixou intrigadas: Por que o pensionato se chamou São José se as freiras eram vicentinas?

⁹ Na exposição de motivos do referido decreto, Noraldino Lima, usa como argumentos para as mudanças ou modificações, a racionalização do sistema a partir de observações de diretores, inspetores, ou melhor, a partir da experiência de implantação da reforma desde 1928; também, o argumento de reduzir o ônus que tais reformas demandam para o erário. Peixoto (1989, p.41-61), aborda com propriedade essa questão, situando-a num contexto mais amplo de “*progressivo descomprometimento do Estado com a oferta e a manutenção dos serviços escolares*”. Segundo a autora, a exigência do número mínimo de matrícula funcionou como um dispositivo justificador para o fechamento de um número significativo de escolas mineiras até o final dos anos trinta, o que pode ser confirmado pelos levantamentos da época.

Entretanto, perguntamo-nos: Teria sido essa aliança isenta/protegida de conflitos? Alguns indicadores presentes à página 19 do álbum, permitem-nos responder que não. Referimo-nos a dois textos (de 1936) publicados no jornal “*Voz dos Grêmios*”, intitulados “*Pensionato*” e assinados por Jara de Almeida Costa, aluna do 3º ano normal. No primeiro texto, a aluna aplaude a idéia dos fundadores do pensionato, destaca os predicados das freiras e conclama toda a população a apoiar a iniciativa. Já no segundo texto, logo no início, a aluna se refere ao texto que escrevera anteriormente, alerta para a necessidade de manutenção da iniciativa e deixa entrever que não está falando de questões materiais e sim, morais: refere-se à difamação. Algo, provavelmente, estava deslocado no acordo entre a direção da Escola e as freiras. Referimo-nos aos dorenses: afinal eles não precisavam de um internato para seus filhos e, portanto, a iniciativa de fundar uma instituição com essa finalidade, não vinha ao encontro de seus anseios. Apesar disso, o Pensionato São José continuou suas atividades até... até que, em 24 de setembro de 1959, um incêndio o destruiu.

O fogo teve início por volta de 22 horas. Segundo Fiúza (p. 20), o prédio ficou quase totalmente destruído. A causa teria sido um curto-circuito. Um artigo do jornal “*O Liberal*” calcula os prejuízos em “*milhões*”. Outra nota, diz que o Estado recebeu da companhia seguradora a importância de Cr\$300,00 (trezentos cruzeiros), que “*na época, representava algum valor*”. Mas, o prédio não será restaurado tão cedo e as freiras se transferem, juntamente com as internas, para um outro prédio em que mantinham uma escola.

A primeira reforma do prédio da Escola Normal Oficial de Dores do Indaíá foi realizada pela CARRPE (Campanha de Restauração e Reparação dos Prédios Escolares do Estado), em 1962, e teve, conforme Fiúza (p. 20), “*conseqüências catastróficas*”. Ou seja, a reforma representou um ato pelo qual a Escola perdeu muito de sua identidade física. A “*cor primitiva cor de chocolate*” (como a do Instituto de Educação, em Belo Horizonte), foi substituída pela tonalidade cinza (na foto, o prédio se assemelha a uma prisão). O Salão Nobre perdeu suas cortinas adamascadas e a “*pintura artística das paredes*” foi substituída “*por uma camada de tinta cinza de evidente mau gosto*”. As cortinas das salas de aula “*foram retiradas e jamais substituídas*”; “*grande parte do mobiliário foi danificada, muitos aparelhos avariados e diversos desaparecidos*”. Na verdade, ao que parece, essa reforma foi desastrosa, considerando que destituiu o prédio da Escola Normal de alguns atributos físicos que marcavam a sua imponência e majestade.

O passo seguinte, em termos de reconstrução do espaço físico, é destinado à restauração do prédio das Classes Anexas que abrigara o Pensionato, e que fora destruído pelo incêndio. Essa restauração, em 1974, só se efetiva quinze anos após o sinistro. Há uma pergunta que teima em aparecer: Por que uma cidade, que leva apenas dois anos para construir um complexo escolar de grande porte para a época, demora quinze anos para restaurar uma pequena parte desse mesmo complexo? Segundo Fiúza (p. 23): “*o prédio, que fora edificado num bonito estilo de chalé suíço, perdeu muito de suas características, tornando-se um edifício de aparência vulgar*”. Ao término da restauração, o prédio é novamente destinado às classes da Escola.

A segunda reforma do prédio, ocorrida em 1983 (ou seja, vinte anos após a anterior), além das medidas usuais como reparos, pintura, implicou também uma expansão da área construída. No local onde se situou, inicialmente, a quadra de esportes, foi construído um anexo de dois pavimentos ampliando, com isso, as condições de oferta de vagas para alunos e professores. Em conseqüência, uma nova quadra poliesportiva foi edificada nos fundos do terreno. Na análise das fotos referentes à segunda reforma, chama a atenção o padrão de construção desse prédio/anexo: um modelo bem funcional e de custo modesto, em nada semelhante ao prédio principal as construções marcam o seu tempo e as disposições (ou disponibilidades?) e interesses de quem as realiza. É, sem dúvida, uma outra época e, da antiga Escola Normal criada em 1928, resta apenas (ou, mantém-se ainda viva), a construção principal, a marca que faz com que a instituição hoje, ainda seja chamada de Escola Normal¹⁰.

¹⁰ No período de 1993 a 1996, a E. E. Francisco Campos passou por sua última reforma. Foram adotados dois procedimentos para a escolha das cores para pintar a Escola. Inicialmente, fez-se o preparo de algumas misturas de tintas e, a partir de suas amostras, consultou-se às várias pessoas da comunidade, para que opinassem. Paralelamente, foi feito um processo de raspagem das camadas de tintas nas paredes para se identificar a cor original (algumas pessoas afirmavam que a cor original da Escola era branca). Curiosamente, a cor mais indicada nas opiniões coletadas, foi a cor semelhante à da pintura original: um rosa barroco, um “*rosa achocolatado*”. Estaria a cor original da Escola Normal Oficial de Dores do Indaíá integrada à memória coletiva dos dorenses?

Conclusão

Este estudo possibilitou algumas conclusões. Uma delas, refere-se à constatação da perda da centralidade da formação docente como um projeto privilegiado pelo poder público. Outra, diz respeito à relação entre as construções escolares como “marcas” de seu tempo, seus respectivos usos/destinações em função dos projetos a que servem e as descaracterizações/reconfigurações desses espaços a partir das reformas a que são submetidos. Esse trabalho procurou demonstrar, ainda, como as condições materiais manifestas na constituição dos espaços físicos e nas determinações legais que normatizam a “estrutura e funcionamento” da instituição escolar podem ser dimensões possibilitadoras/limitadoras à realização dos projetos educativos que lhe são propostos. Por fim, um último comentário. As instituições nascem, e podem crescer (ou não), morrer (ou não). Se crescem, se modificam, se transformam, ganham vitalidade vão permanecendo e se tornando monumentos. Portanto, a decisão de abordar a questão do espaço físico num tempo largo (de 1928 até 2002) teve, acima de tudo, um sentido: o de poder afirmar que a Escola Normal de Dores do Indaiá/Escola Estadual Francisco Campos é, hoje, um monumento vivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CURY, Carlos R. Jamil. **Ideologia e Educação Brasileira Católicos e Liberais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- FIÚZA, Maria da Conceição. **Escola Estadual Francisco Campos**. [S.I.: s.n.], 1988. (Álbum)
- FRAGO, Antonio Viñao, ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- FRIGOTO, Gaudêncio. O contexto sócio político brasileiro e a educação nas décadas de 70/90. **Contexto e Educação: UNIJUÍ**, Ano 6, n. 24, p. 43-57. out/dez. 1991.
- MELO, Cleide Maria Maciel de. **Memória e arquivo num álbum de recordações: as práticas de formação docente na Escola Normal Oficial de Dores do Indaiá/MG 1933/1939**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Puc-Minas, 2002.
- MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Bárbara (org.). **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 51-69.
- MAGALHÃES, Justino. Contributo para a história das instituições educativas entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino. **Para a história do ensino liceal em Portugal: Actas dos colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)**. Braga: Universidade do Minho, 1999. p. 63-77.
- NOSELLA, Paolo, BUFFA, Ester. **Schola Mater A antiga Escola Normal de São Carlos (1911-1933)**. São Carlos: UFSCar, 1996.
- NÓVOA, Antonio. Para uma análise das instituições escolares. In: NÓVOA, Antonio (coord.). **As organizações escolares em análise**. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1999. p. 13 43.
- PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. **Educação e Estado Novo em Minas Gerais**. 1989. 413f. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- VILLELA, Heloisa de O. S. O Mestre-Escola e a Professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95 134.